

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL: AS LEIS 10.639/2003 E 11.645/08 NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL EM TABATINGA, AMAZONAS

Jonas Dias de Souza - Professor do CESTB/UEA; Membro do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM e do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia – NCSA. E-mail: jdsgeo10@yahoo.com

Reginaldo Conceição da Silva - Professor do CESTB/UEA; Membro do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM e Coordenador do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia – NCSA em Tabatinga. E-mail: resilva@uea.edu.br

Bruno Lázaro Franco Dias - Graduando no curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas; Graduando no curso Técnico em Informática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Amazonas – Campus Tabatinga; Membro do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM e do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia – NCSA. E-mail: bruno.l.franco@hotmail.com

Breno Patrick Franco Dias - Graduando no curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas; Membro do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM e do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia – NCSA. E-mail: breno.franco90001@gmail.com

RESUMO

O presente artigo descreve as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão sobre educação étnico-racial no município de Tabatinga - AM. O trabalho tem como marco as leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008, as quais disciplinam a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas do país. O projeto objetiva realizar diagnóstico sobre o nível de conhecimento e aplicação das referidas leis por parte dos gestores, pedagogos e professores das escolas públicas da rede municipal de ensino, bem como contribuir com as instituições disponibilizando material que sirva de fundamento para futuras atividades. A metodologia deste trabalho se constitui de levantamento bibliográfico, aplicação de questionários e realização de oficinas temáticas com gestores, pedagogos e professores da rede municipal de ensino. As informações expostas neste trabalho refletem a síntese das informações transmitidas pelo público-alvo deste projeto de extensão durante as oficinas desenvolvidas.

Palavras-chave: Educação étnico-racial; Tabatinga; Lei 10.639/03 e 11.645/08.

ABSTRACT

This article describes the activities developed in the extension project about racial ethnic education. The work is based on laws n. 10.639 of 2003 and n. 11.645 of 2008, which regulate the mandatory teaching of African, Afro-Brazilian and indigenous history and culture in schools in the country, and aims to diagnose the level of knowledge and application of the aforementioned laws by the managers, pedagogues and teachers of the public schools of the municipal school system. The methodology of this work consists of a bibliographic survey, application of questionnaires and thematic workshops with managers and educators from the municipal school system in Tabatinga, Amazonas. The information exposed in this work reflects the synthesis of the information transmitted by the target audience of this research during the workshops developed.

Keywords: Racial ethnic education; Tabatinga; Laws n° 10.639/03 and 11.645/08

INTRODUÇÃO

Tabatinga é uma cidade do interior do Amazonas, localizada no extremo oeste do estado, na microrregião do Alto Solimões, mais especificamente na tríplice fronteira entre Brasil (Tabatinga) - Colômbia (Leticia) - Peru (Santa Rosa). Devido à dinâmica fronteiriça, a cidade apresenta um grande fluxo de imigrantes de diversas origens étnicas, culturais e nacionais (SUFRAMA, 2014).

A população tabatinguense apresenta grande número de habitantes negros, assim como um grande número de indígenas, tanto cidadãos nascidos no município como também imigrantes afrodescendentes vindos de outros países, como do Haiti por exemplo. A cidade também conta com a presença de comunidades afro religiosas em seu território.

Embora Tabatinga possua uma grande diversidade cultural e étnica, a população negra e indígena tabatinguense, assim como no restante do Brasil, sofre com o preconceito seja pela cor da pele, por sua religião ou pelas particularidades culturais. Na realidade, desde o período colonial, os negros e indígenas no Brasil tiveram uma história repleta de dor e sofrimento, decorrentes dos processos de escravização ou de genocídio das populações locais. Existiam inclusive políticas oficiais que propuseram de certa forma a extinção do negro e indígena no país, incentivando

a imigração de pessoas “brancas” para o Brasil, com o intuito de sua proliferação e supremacia (SILVA e FELISBERTO, 2010).

Depois de quase duas décadas após a promulgação da Lei 10.639/2003 e 11.645/08, não se sabe a situação de sua implementação na cidade de Tabatinga-AM. Partindo deste ponto, este artigo descreve as atividades desenvolvidas dentro do projeto de extensão cujo principal objetivo foi realizar um diagnóstico sobre o nível de conhecimento e como se dá a aplicação das referidas leis por parte dos gestores, pedagogos e professores das escolas públicas da rede municipal de ensino. Paralelamente, objetivou-se também contribuir com as instituições de ensino disponibilizando materiais (gratuitos) encontrados na internet.

Para Silva e Felisberto (2010), durante a formação escolar, tanto a nível fundamental quanto no médio ou superior, pouco ou talvez nada se tenha estudado sobre as leis de inclusão étnico-racial na educação. Ainda que seja uma lei que existe há mais de dez anos, os currículos na formação de professores que atendem a educação básica e o ensino médio permanecem defasados nesta questão.

A carência do trabalho com a temática durante a formação dos pesquisadores tornou-se o ponto de partida deste projeto de extensão. Durante o período de um ano, entre 2019 e 2020, o projeto foi desenvolvido com os gestores, pe-

dagogos e professores das escolas municipais de Tabatinga – AM. As atividades envolveram uma preparação inicial com os discentes bolsistas, oficinas e palestras com o público-alvo, produção de tabelas e gráficos a partir de questionários e a distribuição de material para as escolas. Considerando o contexto da pandemia de COVID 19, contudo, algumas etapas finais do projeto foram substituídas por produção de conteúdo audiovisual.

As informações expostas neste trabalho referem-se a esta experiência, mostrando os resultados obtidos a partir de oficinas realizadas com o público anteriormente citado.

METODOLOGIA

A concepção do projeto e seu posterior desenvolvimento tiveram como etapa inicial reuniões dos docentes e discentes participantes junto à Secretaria Municipal de Educação, momento em que foram discutidos os objetivos propostos e a possibilidade de desenvolvimento nas escolas municipais.

Após acertada a parceria com a Secretaria de Educação, foi realizado levantamento bibliográfico a respeito do ensino da história e cultura africanas, afrodescendentes e indígenas com o intuito de preparar os discentes bolsistas para as atividades, embasar a elaboração do questionário e preparação das rodas de conversa e palestras. O trabalho concentrou-se em um levantamento bibliográfico por meio

da rede mundial de computadores através de sites abertos e de eventos acadêmicos que trataram das leis 10.639/03 e 11.645/2008. As pesquisas em geral utilizavam como palavra-chave o número das leis, e estas associadas a palavras como educação, práticas pedagógicas e aplicação da legislação.

Após leitura e discussão do material levantado, realizou-se a elaboração de questionários para aplicação aos gestores, pedagogos e professores da rede municipal de ensino, composto de perguntas sobre sua formação, seu conhecimento sobre a referida lei, sobre a estrutura das instituições de ensino e sobre como a temática história e cultura africana e indígena estão sendo trabalhadas em suas respectivas instituições.

A aplicação dos questionários teve como público-alvo gestores, pedagogos das escolas públicas municipais e docentes de duas escolas públicas (Escola Municipal Profa. Jociêdes Andrade e Escola Municipal São Sebastião) a fim de realizar diagnóstico do nível de conhecimento acerca das referidas leis.

Numa etapa posterior, foram realizadas oficinas informativas em conjunto com rodas de conversa, momento em que gestores, pedagogos e professores puderam expor suas experiências e esclarecer dúvidas. Os alunos bolsistas puderam apresentar sinteticamente as leis sobre educação étnico-racial e debater com o público-alvo as questões levantadas. Como proposta do

projeto, foram também disponibilizados para as escolas materiais de livre acesso obtidos na internet ou indicados materiais que possam ser adquiridos. Os materiais de livre acesso foram impressos e entregues as escolas.

Considerando o contexto da pandemia de COVID-19, restou prejudicada a realização da oficina final na Escola Municipal São Sebastião. Contudo, tentando compensar o prejuízo no desenvolvimento do projeto, foi produzido material audiovisual no qual se descrevem os objetivos do projeto e os resultados alcançados.

RESULTADOS

As oficinas para aplicação do questionário realizaram-se no auditório da Escola Municipal Prof.^a Jociêdes Andrades com gestores, pedagogos e professores da rede municipal de ensino (Figuras 1 e 2).

A oficina dividiu-se em três momentos: primeiro, a aplicação do questionário acerca dos conhecimentos sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, da formação educacional e sobre questões de infraestrutura das escolas. Em seguida, os discentes bolsistas apresentaram a proposta e objetivos do projeto e fizeram uma exposição das leis, discorrendo sobre seu conteúdo e breve histórico de sua elaboração.

Figura 1 - Aplicação do questionário Escola Jociêdes Andrade



Fonte - Autor, 2020.

Figura 2 - Aplicação do questionário Escola Jociêdes Andrade



Fonte - Autor, 2020.

Encerrando esta atividade, realizou-se uma roda de conversa com os presentes para discutir a lei em questão (Figuras 3 e 4). O objetivo desta roda de conversa foi conhecer as experiências dos presentes sobre o trabalho com a temática em pauta, como, por exemplo, outros projetos com a temática história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no município de Tabatinga ou em outra região do país. Foram abordadas também a questão da formação dos educadores para trabalhar com a temática e a relação entre educadores, escola e pais.

Os dados coletados com o questionário possibilitaram a elaboração de gráficos a serem discutidos no segundo encontro.

Figura 3 - Roda de conversa Escola São Sebastião



Fonte - Autor, 2020.

Figura 4 - Roda de conversa Escola Jociêdes Andrade

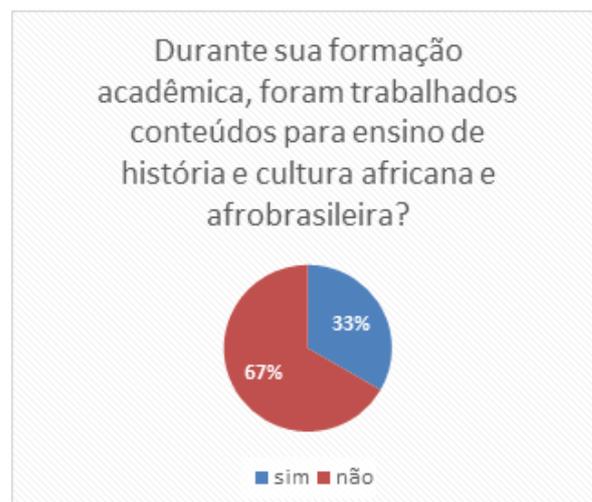


Fonte - Autor, 2020.

Neste segundo encontro o foco foi a discussão das informações levantadas na primeira oficina. Em uma roda de conversa, os dados foram apresentados e, então, iniciou-se um debate entre professores, pedagogos, gestores e os pesquisadores presentes. A discussão deu-se em torno dos gráficos elaborados a partir dos dados coletados nos questionários aplicados durante a primeira oficina.

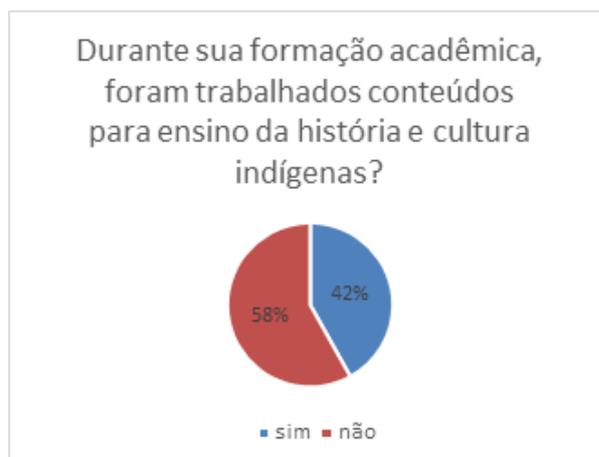
Em relação aos resultados, temos um primeiro resultado a respeito da formação acadêmica:

Gráfico 1 - Formação acadêmica sobre história e cultura africana e afro-brasileira



Fonte - Autor, 2020.

Gráfico 2: Formação acadêmica sobre história e cultura indígena



Fonte: Autor, 2020.

O Gráfico 1 retrata a formação dos gestores, pedagogos e professores a respeito de conteúdos que abordem a cultura e história africana e afro-brasileira. A este respeito, 67% disseram que não tiveram em seus cursos acadêmicos conteúdos voltados a esta temática. A relação se inverte quando a questão é sobre cultura e história indígenas: talvez pela região apresentar grande número de etnias indígenas, 58% disseram que haviam, sim, visto este

tipo de conteúdo durante a formação acadêmica. De maneira geral, percebe-se que há uma carência na formação docente neste assunto. Com efeito, durante a pesquisa surge o discurso de que grande parte da falta de trabalhos voltados à educação étnico-racial se deve à falta deste conteúdo durante suas formações, pois o professor não é capaz de ensinar aquilo que não sabe.

Gráfico 3 - Conhecimento sobre as leis de educação étnico-racial



Fonte - Autor, 2020.

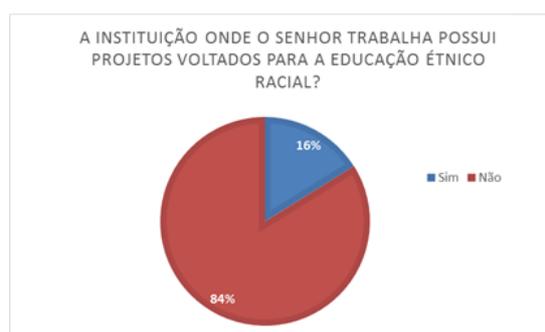
Embora durante seu processo de formação acadêmica, exista uma carência sobre educação étnico-racial, através de pesquisas na internet e materiais didáticos, parte desta lacuna poderia ser preenchida. No entanto, Tabatinga sofre com a dificuldade de acesso a internet, desta forma os professores relatam que se veem sem saída, pois além da dificuldade de acesso a internet, 60% das escolas municipais não possuem biblioteca e materiais didáticos para trabalhar a cultura e história africana, afro-brasileira e indígena. Ou seja, são fatores que se somam como barreiras para o trabalho apropriado.

Além das limitações da formação e dificuldades no acesso a

materiais, durante o decorrer do projeto constatou-se também a falta de conhecimento sobre o conteúdo destas leis. A grande maioria afirma não ter o conhecimento sobre ela (66%), sendo que nas exposições dos pesquisadores foi para muitos o primeiro contato com as leis 10639/03 e 11645/08, mostrando a carência das escolas municipais de Tabatinga nesta questão.

Este fato citado sobre o desconhecimento da referida lei pelos presentes, foi discutido durante a segunda oficina, onde as pedagogas, juntamente com o secretário de educação, afirmaram que muitos não possuíam o conhecimento desta lei, embora a temática eventualmente seja trabalhada no espaço da instituição, mas a real natureza da obrigatoriedade deste trabalho é desconhecida.

Gráfico 4 - Projetos voltados a educação étnico-racial



Fonte - Autor, 2020.

Ao desconhecimento das leis, soma-se igualmente a inexistência de práticas pedagógicas de ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Ou seja, são poucos os momentos ou espaços dentro da escola onde se coloquem em evidência as culturas africanas

ou indígenas. Estas práticas resumem-se a pequenos eventos internos em datas comemorativas, a exemplo do dia da Consciência Negra ou do Dia do Índio. Mesmo destes, contudo, em algumas ocasiões devido à agenda cheia de trabalhos, pendências ou imprevistos, não há a possibilidade de realização.

Nas discussões levantadas nas oficinas com os gestores, pedagogos e professores, embora afirmem que as instituições não apresentem dificuldades para a aplicação da lei, apresentou-se uma resistência com relação ao trabalho com conteúdo em questão, pois, segundo os educadores, isto pode gerar conflitos com a comunidade, ou melhor, com os pais dos alunos devido a seus princípios religiosos. Conforme relatado pelos participantes, alguns pais não entendem ou não aceitam o ensino de diferentes religiões e culturas que diferem daquelas à qual a família pertence, apesar de nenhum episódio ter sido relatado. Além disso, evidencia-se o ainda persistente preconceito com a cultura e história africana, afrodescendente e indígena. No final, quando se aborda o tema em sala de aula, “os professores tomam muito cuidado” para evitar qualquer tipo de conflito ou desentendimento com os pais.

Tendo em vista que durante o desenvolvimento do projeto apareceram algumas dificuldades na implementação das leis, sendo algumas delas relacionadas à disponibilidade e aquisição de material didático,

inexperiência e desconhecimento do conteúdo, propôs-se disponibilizar algum tipo de material para as escolas. Em outras palavras, a fim de colaborar com o ensino voltado a educação étnico-racial e proporcionar condições adequadas ou inicialmente dar suporte aos professores destas escolas, no decorrer desta pesquisa, realizou-se a formulação de um banco de dados e foram disponibilizados materiais que possibilitem os professores trabalharem estes conteúdos (cultura e história africana, afro-brasileira e indígena).

Um belo exemplo deste levantamento de dados é o livro *História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil* (Ministério da Educação, 2014): trata-se de um material produzido para auxiliar aos profissionais da educação. Tendo em vista a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, o livro apresenta diversas formas de ensino deste conteúdo, desde projetos como o projeto Griô, capoeira, indicações de livros e instruções de como compreender e trabalhar com o público infantil.

Além de arquivos de texto (livros e artigos), o banco de dados contém arquivos audiovisuais como (vídeos) como o filme *Kevin Hart's Guide to Black History*. O filme aborda a conversa de um pai com sua filha após presenciar a indignação dela com as histórias repletas de sofrimento retratadas nos filmes que abordam a história africana. A partir deste fato, o

pai apresenta histórias de grandes representantes do povo africano, mostrando-lhe que não existe apenas dor e sofrimento na história deste povo, como, por exemplo, a história da primeira mulher negra a se tornar astronauta.

Como também a animação produzida pelo Youtube no Canal Enraizando, intitulada “*Os africanos*” e “*Os indígenas*”, traz um breve resumo sobre o histórico destes povos no Brasil.

Este levantamento parte do princípio de preencher as lacunas deixadas pela falta de trabalhos voltados à educação étnico-racial, em específico ao ensino de cultura e história africana e afro-brasileira e indígena na formação dos docentes, além de ser uma alternativa para os principais problemas relatados, que é a dificuldade de aquisição destes materiais, a falta destes materiais nas instituições, bem como a dificuldade de realizar estas buscas devido ao precário acesso à internet comum na cidade.

Como relatado anteriormente, as últimas oficinas na Escola São Sebastião ficaram prejudicadas devido à pandemia. Dessa forma, produziu-se um vídeo com os principais objetivos e resultados alcançados. O vídeo pode ser visto no link: https://youtu.be/tqe_WNQdXGA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos de 2019 e 2020, desenvolveu-se projeto de extensão nas escolas municipais do município de Tabatinga com o objetivo de traba-

lhar com as leis que disciplinam o ensino de conteúdos étnico-raciais. Como resultados principais, destacamos o desconhecimento das normas por parte de alguns gestores, coordenadores e professores, a falta de material nas escolas e o despreparo para ministrar tais conteúdos, visto que a formação acadêmica não contemplou tais temáticas.

A não aplicação destas leis nas escolas do município de Tabatinga gera problemas que não devem ser deixados de lado. Tratando-se de uma cidade onde a presença de afrodescendentes e especialmente de indígenas é uma característica local, a valorização na escola da diversidade cultural e o reconhecimento das contribuições de cada grupo social na formação da cultura local caminham no sentido de concretizar os direitos de cidadania.

É certo que a educação precisa ser vista com mais seriedade pelos administradores públicos, passando pela formação continuada dos professores de forma a instrumentalizá-los para a educação étnico-racial e pela melhoria nos materiais disponíveis nas instituições de ensino. Sem tais iniciativas, as leis correm o risco de não serem aplicadas.

Deve-se mencionar ainda que o desenvolvimento do projeto teve impacto também na formação dos discentes bolsistas haja vista que permitiu um novo olhar sobre este assunto; o projeto fez os alunos verem a importância que os povos africanos e indígenas têm em nossa sociedade e para Tabatinga, em específico. Além disso, trabalhar a

história e cultura afro-brasileira e indígena acima de tudo fez com que preconceitos carregados até o momento fossem esquecidos.

Enfim, as atividades realizadas possibilitaram fazer um diagnóstico sobre o nível de conhecimento dos gestores e pedagogos da rede municipal de ensino sobre a referida Lei, e também possibilitaram levar o conhecimento até eles e instigá-los a refletir sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências Brasília: DOU, publicado em: 10/01/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

BRASIL. *Lei nº 11.643 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília. DOU. Publicado em: 11/03/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil* Brasília: MEC/SECADI, UFS-Car, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Hist%C3%B3ria-e-cultura-africana-e-afro-brasileira-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-livro-do-professor.pdf>.

JANZ, Rubia Caroline. Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História? – Uma proposta de análise. *Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”*, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC, Florianópolis. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405545780_ARQUIVO_trabalhocompleto_RubiaCarolineJanz.pdf.

SILVA, R. C.; FELISBERTO, S. M. A abordagem da Lei N, 10.639/03 nos cursos superiores de formação dos profissionais da educação. LIMA. JL DE F. e JESUS, S. N. de. (Orgs.) Educação in foco: questões lacunares. *Práxis X – edição especial*. Praxis: linguagem e Educação – Cacoal/RO. Ano VII, n. 10, p. 44-80, jun. de 2010.

SUFRAMA. *Área de Livre Comércio de Tabatinga/AM – Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento/Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais*: SUFRAMA. Org. v. 5. Manaus:

SUFRAMA, 2014. Disponível em:
http://www.suframa.gov.br/noticias/arquivos/05_Public_NT_ALCs_Vol_05_Tabatiga_SET_2014.pdf.